ISSN: 2358-8829

AÇÕES AFIRMATIVAS E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS SUMÉ DA UFCG

José Irelanio Leite de Ataide [1]

INTRODUÇÃO

A constituição do sistema de educação superior brasileiro foi historicamente marcada pela concentração territorial e social das instituições, sobretudo nos grandes centros urbanos. Essa configuração contribuiu para a distribuição desigual das oportunidades de formação acadêmica, produção científica e qualificação profissional, impondo obstáculos adicionais às populações residentes no interior do país. Para esses grupos, o ingresso na universidade frequentemente implicava deslocamentos, custos financeiros e afastamento dos vínculos familiares e comunitários, fatores que restringiam as possibilidades de acesso e continuidade dos estudos.

A desigualdade territorial, nesse sentido, não constitui apenas uma questão relacionada à localização geográfica das instituições. Ela integra os mecanismos sociais que condicionam o acesso à educação superior, uma vez que a distribuição espacial da infraestrutura universitária interfere nas oportunidades disponíveis aos diferentes grupos sociais. A democratização desse nível de ensino exige, portanto, considerar tanto as barreiras territoriais quanto as desigualdades econômicas, raciais e culturais que atravessam as trajetórias educacionais.

No início do século XXI, as políticas federais de expansão das universidades públicas, especialmente os programas Expandir e de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), contribuíram para ampliar a presença das instituições de ensino superior em municípios afastados dos tradicionais centros universitários. Paralelamente, a implementação das políticas de ações afirmativas, particularmente a partir da Lei nº 12.711/2012, introduziu mecanismos de enfrentamento das desigualdades históricas que condicionavam o ingresso nas instituições federais.

A expansão territorial e as ações afirmativas incidem, assim, sobre dimensões distintas, mas articuladas, da democratização da educação superior. Enquanto a interiorização procura

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, irelaniol@email.com.

ISSN: 2358-8829

reduzir as barreiras geográficas, as ações afirmativas enfrentam desigualdades sociais e raciais que interferem nas oportunidades de ingresso. Entretanto, nenhuma dessas políticas assegura isoladamente a efetivação do direito à educação, uma vez que as condições materiais de permanência, participação acadêmica e conclusão dos cursos continuam a representar desafios relevantes.

Nesse contexto, o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), vinculado à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e localizado em Sumé, no Cariri paraibano, constitui um caso significativo para examinar as relações entre expansão universitária, mobilização regional, justiça social e produção do conhecimento. Sua trajetória permite analisar a convergência entre políticas nacionais de expansão e demandas sociais pela presença de uma universidade pública em territórios historicamente afastados dos principais centros de produção científica.

O objetivo deste trabalho é analisar as relações entre desigualdade territorial, expansão universitária e ações afirmativas, tomando a trajetória do CDSA-UFCG como referência para discutir as possibilidades e os limites da democratização da educação superior. Busca-se, ainda, compreender as contribuições das dimensões da justiça social, do reconhecimento e da redistribuição para a análise das políticas de acesso e permanência, bem como problematizar o papel da interiorização na descentralização da produção científica e na transformação das relações entre centro e periferia.

A interiorização deslocou a presença das universidades para áreas distantes de regiões metropolitanas, alcançando municípios historicamente excluídos de investimentos educacionais e de oportunidades de formação acadêmica e profissional. As ações afirmativas, por sua vez, configuram mecanismos de reparação, compensação e promoção da equidade no acesso, voltados a grupos que, durante séculos, foram mantidos à margem das universidades públicas — pessoas negras, indígenas, quilombolas, ciganas, pessoas com deficiência e, mais recentemente, populações trans.

No Nordeste, especialmente no Semiárido, tais políticas ganham ainda maior relevância devido às profundas desigualdades estruturais, históricas e territoriais que marcam a região. É nesse contexto que se insere a criação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), instalado em Sumé–PB como parte do movimento nacional de interiorização das universidades federais.

A escolha do tema se justifica por razões acadêmicas, sociais e políticas. Em primeiro lugar, do ponto de vista social, as PAAFs respondem a uma demanda histórica de inclusão de grupos sistematicamente excluídos da educação superior brasileira. A interiorização das

ISSN: 2358-8829

universidades, por sua vez, visa romper com a lógica de concentração territorial dos serviços educacionais, ampliando a presença do Estado em regiões de baixo índice de desenvolvimento econômico e social.

Do ponto de vista acadêmico, trata-se de um campo recente: a primeira legislação federal abrangente sobre ações afirmativas nas universidades data de 2012, e o interesse científico ainda é incipiente. A maioria das pesquisas concentra-se apenas na implementação da Lei de Cotas em si, negligenciando a articulação entre políticas de acesso, permanência e interiorização do ensino superior. São raríssimos os estudos que analisam a interseção entre PAAFs, interiorização e condições de permanência em regiões interioranas, especialmente no Semiárido nordestino.

Além disso, em um cenário marcado pela crescente racionalidade neoliberal nas políticas educacionais, torna-se ainda mais urgente compreender como campus interiorizados, como o CDSA-UFCG, têm enfrentado desafios estruturais para assegurar a efetividade das ações afirmativas.

A relevância do objeto de estudo, portanto, reside tanto na lacuna científica existente quanto na necessidade de compreender os impactos reais dessas políticas em territórios periféricos, onde desigualdades sociais e educacionais tendem a se expressar com maior intensidade.

A implementação das ações afirmativas no CDSA-UFCG transcende a mera reserva de vagas, configurando-se como uma aplicação prática do Princípio da Diferença de John Rawls (2016). Ao garantir o acesso de estudantes oriundos da escola pública e de grupos historicamente marginalizados no Cariri paraibano, a universidade opera uma forma de justiça distributiva que reconhece as assimetrias impostas pelo isolamento geográfico e pela escassez de recursos educacionais no Semiárido. Sob a ótica de Amartya Sem (2011), a presença de um centro de ensino superior em Sumé funciona como um expansor de capacidades: o aluno não apenas ingressa no ensino superior, mas o faz em seu próprio território, o que minimiza a 'privação de liberdade' causada pela necessidade histórica de migração para centros como Campina Grande ou João Pessoa.

O diálogo entre Rawls e Sen permite uma análise bidimensional da implementação do CDSA em Sumé. Enquanto a métrica rawlsiana fundamenta a legitimidade das ações afirmativas como uma redistribuição de recursos (vagas), a perspectiva de Sen alerta para o fato de que a mera oferta do recurso não garante a justiça plena se não houver a conversão deste em capacidades reais (Zambam, 2014). No contexto do semiárido paraibano, isso implica que a justiça não se encerra no ingresso via cotas, mas exige que a interiorização da UFCG ofereça

ISSN: 2358-8829

condições para que o estudante converta o acesso ao ensino superior em efetiva transformação de sua trajetória de vida e de seu território.

Se por um lado Rawls (1992) oferece a base moral para as ações afirmativas, é na análise de Tânia Bacelar de Araújo (2014) que encontramos a justificativa estratégica para o CDSA em Sumé. Bacelar argumenta que a fragmentação do ensino superior para o interior do Nordeste é um antídoto contra a 'hiperconcentração metropolitana'. No caso da Paraíba, a interiorização da UFCG não é apenas um ato administrativo, mas, como sugere Roberto Marinho Alves da Silva (2010), um exercício de convivência com o semiárido, onde o conhecimento acadêmico se territorializa para transformar a escassez histórica em potencialidade produtiva e social.

As reflexões de Nancy Fraser acerca das categorias de redistribuição e reconhecimento oferecem importante aporte para compreender as políticas de ações afirmativas no contexto brasileiro. Para Fraser (2002), as injustiças sociais assumem, simultaneamente, dimensões econômicas e culturais, exigindo políticas voltadas tanto à redistribuição material quanto ao reconhecimento de grupos historicamente subordinados. As ações afirmativas, nesse contexto, não se limitam à ampliação do acesso à educação superior, mas constituem mecanismos de enfrentamento das desigualdades estruturais produzidas historicamente pelo racismo, pela exclusão social e pela concentração regional de oportunidades educacionais.

Axel Honneth (2009) enfatiza a centralidade do reconhecimento social para a constituição da subjetividade e da cidadania. Segundo o autor, experiências de desrespeito e invisibilidade social comprometem a formação da autonomia dos sujeitos e limitam sua participação plena na vida social. A ampliação da presença de estudantes negros, indígenas, pobres e oriundos do interior nas universidades públicas pode ser compreendida, portanto, como processo de ampliação das possibilidades de reconhecimento social e político de grupos historicamente marginalizados.

As contribuições de Michel Foucault possibilitam problematizar a universidade como espaço de produção de saberes, subjetividades e mecanismos de regulação social. Ao analisar as relações entre poder e conhecimento, Foucault (1979) evidencia que as instituições educacionais operam como dispositivos de normalização, classificação e hierarquização social. Sob essa perspectiva, a democratização da universidade não se restringe ao acesso formal, mas envolve disputas em torno dos modos de produção do conhecimento, da legitimidade dos sujeitos autorizados a ocupar o espaço acadêmico e das formas institucionais de inclusão e exclusão.

As formulações de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) contribuem para compreender os processos de territorialização e desterritorialização produzidos pela interiorização da

ISSN: 2358-8829

educação superior. A expansão das universidades federais para regiões historicamente desassistidas redefine fluxos territoriais, reorganiza dinâmicas econômicas e produz novos modos de circulação do conhecimento. A interiorização, nesse sentido, não representa apenas deslocamento físico das instituições, mas reconfiguração das relações entre território, desenvolvimento regional e produção acadêmica.

A partir desse conjunto teórico, compreende-se que a expansão e a interiorização da educação superior, associadas às políticas de ações afirmativas, configuram processos complexos e contraditórios. Embora representem avanços significativos na democratização do acesso à universidade pública, tais políticas permanecem atravessadas por disputas econômicas, institucionais, raciais e territoriais que revelam os limites estruturais da democratização educacional em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O artigo é resultado de parte da pesquisa de doutoramento em curso no Programa de pós-graduação em educação contemporânea do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, e tem como foco a compreensão da efetividade das políticas de ações afirmativas no contexto do processo de interiorização da educação superior pública, tomando como referência empírica a implantação do UFCG/CDSA. A opção por essa abordagem decorre da necessidade de compreender um fenômeno complexo e multidimensional, cuja análise exige atenção às experiências, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos.

Como estratégia metodológica, adotou-se o estudo de caso, por possibilitar uma investigação aprofundada e contextualizada da realidade do campus de Sumé. Essa escolha permite analisar as especificidades institucionais, sociais e territoriais que permeiam a implementação das políticas de ações afirmativas, bem como compreender as relações estabelecidas entre os processos de democratização do acesso, permanência estudantil e interiorização da educação superior. Ao privilegiar a análise de um contexto particular, o estudo de caso favorece a apreensão das dinâmicas que articulam políticas públicas, práticas institucionais e trajetórias dos sujeitos participantes (Yin, 2001).

A pesquisa exploratória busca ampliar a compreensão sobre fenômenos ainda pouco investigados ou que demandam maior aprofundamento analítico. Essa modalidade de investigação possibilita a aproximação sistemática com o objeto estudado, permitindo identificar suas características, relações e significados no contexto em que se manifesta. Nessa

ISSN: 2358-8829

perspectiva, a abordagem qualitativa contribui para a construção de interpretações mais densas e contextualizadas, considerando a complexidade dos processos sociais e educacionais.

A escolha pela abordagem qualitativa fundamenta-se no entendimento de que os fenômenos educacionais não podem ser reduzidos a variáveis isoladas ou explicados exclusivamente por indicadores quantitativos. Ao contrário, demandam a análise das experiências vividas, das interações sociais e dos significados produzidos pelos sujeitos em seus contextos de atuação. Dessa forma, a investigação qualitativa possibilita compreender os processos sociais em sua complexidade, valorizando dimensões históricas, culturais, institucionais e subjetivas que constituem a realidade estudada.

Segundo Alberto e Ferreira (2022, p. 359), "a complexidade humana e as questões sociais desafiam os pesquisadores a chegar a uma definição precisa para o termo pesquisa qualitativa", uma vez que seus significados e aplicações variam conforme os campos de conhecimento e os referenciais teóricos mobilizados. Nessa mesma direção, Yin (2016) destaca que a pesquisa qualitativa possibilita interpretar os fenômenos humanos a partir de sua singularidade e multiplicidade, reconhecendo a diversidade de perspectivas presentes nos contextos investigados.

A perspectiva qualitativa adotada nesta pesquisa parte do reconhecimento de que o conhecimento é produzido em contextos históricos e sociais específicos, sendo atravessado pelas relações estabelecidas entre pesquisador e participantes. Diferentemente das abordagens positivistas, que tendem a pressupor a separação entre sujeito e objeto de conhecimento, esta investigação compreende a subjetividade como dimensão constitutiva do processo investigativo. Assim, as interpretações produzidas não são concebidas como neutras ou desvinculadas do contexto, mas como construções situadas, resultantes da interação entre diferentes experiências e perspectivas.

Nessa compreensão, os procedimentos metodológicos não são concebidos como um conjunto rígido de etapas previamente definidas, mas como estratégias investigativas que se desenvolvem em diálogo com as particularidades do campo empírico. Conforme destacam Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela produção de dados descritivos obtidos em contato direto com a realidade investigada, privilegiando a compreensão dos processos e dos significados atribuídos pelos participantes às suas experiências.

Desse modo, a análise proposta busca apreender os fenômenos em sua dinâmica e complexidade, evitando a imposição de categorias analíticas descontextualizadas da realidade estudada. Tal posicionamento dialoga com críticas contemporâneas ao paradigma cartesiano e às dicotomias tradicionais entre objetividade e subjetividade, razão e experiência. Conforme

ISSN: 2358-8829

argumentam Cardoso e Carvalho (2018), a produção do conhecimento científico não ocorre à margem das subjetividades, mas é atravessada por elas, o que exige reconhecer sua presença e influência no processo investigativo.

Nessa perspectiva, os participantes da pesquisa não são compreendidos como meras fontes de informação, mas como sujeitos sociais que produzem saberes e atribuem significados às suas experiências. A investigação, portanto, orienta-se por uma concepção que valoriza as vozes, trajetórias e interpretações dos sujeitos envolvidos, reconhecendo-os como colaboradores na construção do conhecimento. Os resultados produzidos emergem, assim, da interlocução entre pesquisador e participantes, em um processo dialógico, situado e historicamente contextualizado (Cardoso; Carvalho, 2018).

Considerando esses pressupostos, a abordagem qualitativa e o estudo de caso mostram-se adequados aos objetivos desta pesquisa, na medida em que possibilitam compreender, em profundidade, os efeitos e os desafios das políticas de ações afirmativas no contexto da interiorização da UFCG, bem como as experiências e percepções dos sujeitos que vivenciam tais políticas no cotidiano institucional do CDSA.

O campo empírico desta investigação é o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), localizado no município de Sumé, no estado da Paraíba. A escolha desse espaço institucional está diretamente relacionada ao objeto de estudo, uma vez que o CDSA constitui uma das expressões do processo de interiorização da educação superior federal e se configura como um contexto privilegiado para a análise das políticas de ações afirmativas e de permanência estudantil em territórios historicamente marcados por desigualdades sociais, econômicas e educacionais.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, complementadas por registros de campo e anotações reflexivas. As entrevistas foram gravadas com consentimento dos participantes e posteriormente transcritas. A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo temática (Bardin, 2016), estruturada em três fases fundamentais: a pré-análise (leitura flutuante e constituição do corpus); a exploração do material (codificação e categorização); e o tratamento dos resultados (inferência e interpretação).

As categorias de análise foram estabelecidas de forma dedutiva, fundamentadas no referencial teórico, agrupando as falas e documentos em eixos como: Justiça Distributiva (Rawls), Expansão de Capacidades (Sen), Reconhecimento (Fraser/Honneth) e nas discussões sobre desenvolvimento regional e convivência com o semiárido (Bacelar/Marinho). A validação das inferências dar-se-á por meio da Triangulação de Dados, confrontando as

ISSN: 2358-8829

evidências empíricas (entrevistas e questionários) com as evidências documentais (PDI da UFCG e Relatórios do CDSA) e o aporte teórico-conceitual. Essa abordagem dialética permite identificar convergências e hiatos entre as diretrizes da política de ações afirmativas, o projeto institucional de interiorização da educação superior e a percepção dos sujeitos sociais no território do Cariri paraibano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão está organizada em torno de eixos analíticos que permitem compreender as relações entre a expansão da educação superior pública, a interiorização universitária, as políticas de ações afirmativas e as condições de permanência estudantil. Inicialmente, aborda-se a desigualdade territorial na distribuição das oportunidades educacionais, relacionando a expansão universitária às políticas de ações afirmativas como estratégias complementares de democratização do acesso. Em seguida, examina-se a trajetória do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA-UFCG), em Sumé, destacando sua criação no contexto das políticas nacionais de expansão e dos processos de mobilização regional. Na sequência, discutem-se as dimensões do reconhecimento, da produção do conhecimento e do desenvolvimento territorial, considerando as possibilidades de articulação entre universidade, especificidades regionais e demandas sociais. Abordam-se os desafios da permanência estudantil e as tensões decorrentes das limitações de financiamento da assistência estudantil, aprofundando a discussão sobre justiça social, articulando reconhecimento, representação e redistribuição às formas institucionais de gestão e implementação das políticas de acesso e permanência. Por fim, retoma-se a dimensão territorial da interiorização, examinando suas possibilidades de contribuir para a descentralização da produção científica, a valorização dos conhecimentos locais e a transformação das relações historicamente desiguais entre os grandes centros e as regiões interioranas.

A concentração histórica das instituições de educação superior nos grandes centros urbanos produziu desigualdades que ultrapassam a distribuição geográfica da oferta de cursos e vagas. A interiorização das universidades públicas implementada pelo Programa Expandir, no primeiro Governo de Luís Inacio Lula da Silva, representa uma tentativa de enfrentar essa desigualdade mediante a ampliação da presença institucional em municípios do interior. A implantação de campi e cursos reduziu a necessidade de deslocamento dos estudantes e favoreceu a aproximação entre formação universitária e realidade territorial.

ISSN: 2358-8829

A proximidade física da universidade não elimina as desigualdades que condicionam o ingresso. Diferenças na formação escolar, na renda familiar e no acesso a recursos educacionais continuam a influenciar as possibilidades de participação nos processos seletivos. Por essa razão, a interiorização precisa ser compreendida em articulação com as ações afirmativas, que procuram enfrentar mecanismos de exclusão social e racial presentes no acesso às instituições federais.

A concepção de justiça como equidade, desenvolvida por John Rawls, contribui para problematizar os limites da igualdade formal em contextos de desigualdade. A aplicação dos mesmos critérios de seleção a todos os candidatos não assegura, necessariamente, condições equivalentes de competição quando os sujeitos partem de posições sociais distintas. Nessa perspectiva, as ações afirmativas constituem instrumentos institucionais que procuram enfrentar desigualdades históricas e ampliar as possibilidades de acesso a bens socialmente valorizados.

A democratização da educação superior, contudo, não se encerra no ingresso. Estudantes que conseguem acessar a universidade por meio das ações afirmativas podem continuar submetidos a condições de vulnerabilidade econômica, dificuldades de transporte, insuficiência de recursos para alimentação e moradia e necessidade de conciliar trabalho e estudos. Nos campi interiorizados, essas dificuldades podem ser agravadas pelas distâncias entre municípios e pela oferta limitada de serviços.

A permanência estudantil constitui, portanto, uma dimensão estruturante da democratização. As políticas de assistência estudantil, entre elas as relacionadas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), procuram responder às necessidades materiais que podem comprometer a continuidade da formação. Sua efetividade, entretanto, depende da disponibilidade de recursos, da abrangência dos benefícios e da capacidade institucional de atender às demandas existentes (Brasil, 2024).

A criação do CDSA, em 2009, expressa a convergência entre as políticas nacionais de expansão universitária e os processos de mobilização social em defesa da democratização territorial da educação superior. Localizado em Sumé, no Cariri paraibano, o campus representa uma iniciativa de ampliação da presença da universidade pública em uma região historicamente afastada dos principais centros de concentração institucional.

A trajetória dessa implantação foi precedida por iniciativas de aproximação entre universidade e comunidades locais. Em 2003, o projeto Universidade Camponesa (Unicampo) promoveu atividades com agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária e movimentos sociais, abordando questões relacionadas à agroecologia e ao cooperativismo.

ISSN: 2358-8829

Essas experiências contribuíram para estabelecer relações entre formação acadêmica, conhecimentos locais e demandas sociais do território (UFCG, 2005).

Outro elemento relevante foi a identificação de regiões com reduzida presença de jovens na educação superior, caracterizadas como “diagonais da exclusão universitária”. Essa identificação evidenciava a relação entre a distribuição desigual das instituições e as restrições de acesso enfrentadas pelas populações interioranas.

A mobilização regional também desempenhou papel importante nesse processo. A não inclusão inicial de Sumé no planejamento federal de expansão motivou articulações envolvendo lideranças políticas, sindicatos, movimentos sociais, estudantes e representantes municipais. Em 2006, essa mobilização ficou conhecida como “Grito do Cariri” e expressou a reivindicação da comunidade regional pela instalação de uma universidade pública.

A trajetória do CDSA demonstra, assim, que a interiorização não deve ser interpretada exclusivamente como resultado de decisões administrativas do Estado. Sua implantação também se relaciona às reivindicações sociais por direitos, recursos públicos e ampliação das oportunidades educacionais. A universidade é instalada no território por meio de uma política pública, mas sua presença também resulta de demandas e articulações construídas localmente.

A configuração acadêmica do CDSA, com cursos relacionados à agroecologia, à engenharia de biossistemas, à educação do campo e à educação escolar quilombola, evidencia possibilidades de articulação entre formação universitária e especificidades sociais, culturais e ambientais do semiárido (UGCG, 2008). Essa orientação permite discutir a função da universidade para além da oferta de vagas, considerando sua capacidade de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas às necessidades e potencialidades regionais.

A análise da democratização da educação superior exige compreender as relações entre distribuição de recursos, reconhecimento social e participação institucional. As contribuições de Axel Honneth e Charles Taylor permitem discutir como sujeitos e grupos são reconhecidos pelas instituições, enquanto a perspectiva de Nancy Fraser possibilita articular reconhecimento, representação e redistribuição como dimensões interdependentes da justiça social (Zambam, 2014).

No contexto universitário, o reconhecimento envolve o enfrentamento da invisibilização de grupos historicamente excluídos e a valorização de suas experiências e identidades. A interiorização contribuiu para esse processo ao reconhecer os territórios interioranos como espaços legítimos de formação e produção de conhecimento. Entretanto, a presença física de uma instituição não garante, por si só, a valorização dos sujeitos e dos conhecimentos locais.

ISSN: 2358-8829

Essa possibilidade depende das práticas acadêmicas e das relações efetivamente estabelecidas com as comunidades.

A representação, por sua vez, remete à participação dos diferentes grupos nos processos de decisão institucional. A democratização universitária não se limita à ampliação da diversidade do corpo discente, pois também envolve as condições de participação na definição de políticas, prioridades e formas de organização da instituição.

A redistribuição evidencia a necessidade de recursos materiais para que os direitos formalmente reconhecidos possam ser exercidos. As ações afirmativas ampliam as possibilidades de ingresso, mas a continuidade da formação depende de condições que permitam aos estudantes realizar suas atividades acadêmicas. Desse modo, a assistência estudantil integra o processo de democratização, uma vez que procura enfrentar desigualdades materiais que comprometem a permanência.

A gestão dessas políticas também pode ser examinada a partir da problemática da governamentalidade. A implementação da assistência estudantil envolve a definição de critérios de elegibilidade, públicos prioritários, modalidades de atendimento e procedimentos institucionais. Esses mecanismos organizam a distribuição dos recursos e estabelecem formas de identificação e acompanhamento dos estudantes atendidos.

Essa dimensão evidencia uma tensão entre a função de proteção social das políticas e os limites institucionais de sua execução. A assistência estudantil amplia as condições de permanência, mas sua abrangência é condicionada pelos recursos disponíveis e pelos critérios de acesso aos benefícios. Quando as necessidades sociais crescem sem correspondente ampliação do financiamento, podem surgir limitações à oferta de auxílios e serviços.

A análise da justiça social no contexto da interiorização requer, portanto, considerar simultaneamente as políticas de acesso, as condições materiais de permanência e os mecanismos institucionais que regulam sua implementação. A efetividade da democratização depende da articulação entre reconhecimento da diversidade, participação dos sujeitos e redistribuição dos recursos necessários à realização do direito à educação.

A interiorização também permite problematizar a relação histórica entre os grandes centros de produção científica e os territórios do interior. Durante longo período, regiões rurais e interioranas foram tratadas predominantemente como objetos de investigação por pesquisadores vinculados a instituições localizadas nos centros urbanos. Os conhecimentos sobre as condições ambientais, as formas de produção e as populações locais eram frequentemente elaborados a partir de instituições externas aos territórios pesquisados.

ISSN: 2358-8829

A implantação de universidades e campi no interior modifica potencialmente essa configuração ao criar condições para a instalação de infraestrutura científica, grupos de pesquisa e programas de formação nos próprios territórios. O interior passa a dispor de melhores condições institucionais para produzir conhecimentos relacionados às suas experiências, demandas e especificidades.

No caso do CDSA, a articulação entre cursos e questões territoriais abre possibilidades para aproximar a produção científica das condições sociais e ambientais do semiárido. A agroecologia, a educação do campo e a educação escolar quilombola constituem campos nos quais o diálogo entre conhecimento acadêmico e experiências comunitárias pode ampliar as perspectivas de investigação e formação.

Esse movimento não pressupõe substituir o conhecimento científico pelos saberes locais, mas questionar hierarquias que historicamente atribuíram maior legitimidade aos conhecimentos produzidos nos grandes centros. A descentralização da infraestrutura universitária pode contribuir também para ampliar as oportunidades de produção e circulação do conhecimento, desde que acompanhada de condições institucionais adequadas e de relações consistentes com as comunidades.

A presença da universidade no território pode, ainda, favorecer a formação de profissionais, a circulação de recursos e o desenvolvimento de iniciativas relacionadas às características regionais. Contudo, esses efeitos não são automáticos: dependem da consolidação das atividades acadêmicas, do financiamento institucional e da articulação entre universidade, sociedade e políticas públicas.

A interiorização deve ser compreendida, assim, como um processo que pode modificar as relações entre centro e periferia tanto no acesso à formação superior quanto nas possibilidades de produção científica. O alcance dessas transformações precisa ser examinado considerando as condições concretas de funcionamento das instituições e sua capacidade de estabelecer relações socialmente relevantes com os territórios em que estão inseridas.

Os resultados indicam que a presença do CDSA em Sumé reduziu barreiras geográficas e socioeconômicas, ampliando as capacidades de escolha dos sujeitos locais e promovendo o reconhecimento identitário do estudante do semiárido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidencia que a democratização da educação superior exige compreender a articulação entre desigualdade territorial, expansão universitária e ações

ISSN: 2358-8829

afirmativas. A interiorização amplia a presença das instituições públicas em regiões historicamente afastadas dos centros de concentração universitária, enquanto as ações afirmativas procuram enfrentar desigualdades sociais e raciais que condicionam o acesso. Ambas constituem dimensões importantes, mas insuficientes quando não acompanhadas de condições efetivas de permanência e conclusão dos estudos.

A trajetória do CDSA-UFCG, em Sumé, permite compreender a convergência entre políticas nacionais de expansão e mobilizações regionais em defesa do direito à educação superior. A experiência evidencia que a implantação de uma universidade no interior pode estar associada a processos de reivindicação social e à construção de relações entre formação acadêmica, demandas territoriais e produção do conhecimento.

As perspectivas de justiça social mobilizadas neste trabalho contribuem para demonstrar que a democratização não se restringe à ampliação quantitativa do ingresso. Ela envolve reconhecimento dos grupos historicamente excluídos, participação nos processos institucionais e redistribuição dos recursos necessários à permanência. Nesse sentido, as políticas de assistência estudantil desempenham função fundamental, embora sua abrangência permaneça condicionada às condições de financiamento e à capacidade institucional de atendimento.

Por fim, a interiorização abre possibilidades para descentralizar a produção científica e questionar as hierarquias históricas entre centro e periferia. Ao criar infraestrutura acadêmica e ampliar as oportunidades de formação nos territórios interioranos, a universidade pode contribuir para reconhecer esses espaços como lugares legítimos de produção de conhecimento. A concretização desse potencial, entretanto, depende da consolidação institucional dos campi, do financiamento adequado e da articulação entre ensino, pesquisa, extensão e participação social.

Conclui-se que a democratização da educação superior deve ser compreendida como um processo multidimensional, que articula acesso, permanência, reconhecimento, participação e produção do conhecimento. O caso do CDSA constitui uma referência relevante para investigar essas relações no semiárido paraibano, embora a mensuração de seus efeitos concretos dependa de evidências institucionais e empíricas específicas.

Palavras-chave: Ações afirmativas, Interiorização, Ensino superior. CDSA-UFCG. Semiárido Paraibano.

REFERÊNCIAS

ALBERTO GARCIA, Silas; DE LIMA FERREIRA, Jacques. Análise de Conceito e Análise Temática na pesquisa qualitativa em educação. **Debates em Educação**, *[S. l.]*, v. 14, n. 36, p. 358–378, 2022. DOI: 10.28998/2175-6600.2022v14n36p358-378. Disponível em: https://periodicos.ufal.br/debateseducacao/article/view/13678. Acesso em: 12 ago. 2026.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordestes: que questão regional hoje? **Fundação Joaquim Nabuco**, Recife, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. **Lei n. 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14914.htm. Acesso em: 29 jul. 2026.

CARDOSO, F. S.; CARVALHO, M. F. Questões Teórico-Epistemológicas à Pesquisa Social Contemporânea: o pesquisador, o ator social e outros aspectos. **FUCAMP Cadernos**, v. 18, p. 36-50, 2018. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/1307 Acesso em: 24 ago. 2025.

DA SILVA, Roberto Marinho Alves. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, *[S. l.]*, v. 38, n. 3, p. 466–485, 2017. DOI: 10.61673/ren.2007.539. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/539. Acesso em: 27 ago. 2026.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução Roberto Machado. 8ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, 7-20, 2002. DOI: 10.4000/rccs.1250. Disponível em: http://journals.openedition.org/rccs/1250. Acesso em: 28 ago. 2026.

FRASER, Nancy. **Escalas de justiça**. Tradução de Ricardo Freston. São Paulo: Boitempo, 2009.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

RAWLS, John. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. **Revista Lua Nova**, n. 25, São Paulo, 1992, 25-59. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/cRWvCkJhHsPR7q8KnpH93KN/?format=pdf&lang=pt. Acesso 01 jun. 2026.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

UFCG. **Plano de Expansão Institucional da UFCG**. 2005. Disponível em: https://www.ufcg.edu.br/~spe/pobjetivos.htm. Acesso em 15 ago. 2026.

UFCG. **Projeto Acadêmico do CDSA**. 2008. Disponível em https://www.ufcg.edu.br/~spe/cdsa_projeto_academico.pdf. Acesso em 15 ago. 2026.

YIN, Roberto K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZAMBAM, Neuro José. A teoria da justiça de Amartya Sen: As capacidades humanas e o exercício das liberdades substantivas. **EPISTEME** [online]. 2014, vol.34, n.2, pp.47-70. ISSN 0798-4324. Disponível em: https://ve.scielo.org/scielo.php?pid=S0798-43242014000200004&script=sci_abstract. Acesso em: 31 ago. 2026.